

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

Inf. Econ.

São Paulo

v. 11

nº 10

p. 1-56

Out. 1981

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Boletim Mensal do Instituto de Economia Agrícola

VOL. 11

Nº 10

OUTUBRO 1981

7 SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS

- 21 Preços Médios Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo
- 27 Preços Médios de Pescado, Recebidos pelos Armadores da Pesca, no Estado de São Paulo
- 28 Preços Médios Recebidos pelos Fruticultores, Estado de São Paulo
- 30 Preços Médios de Venda no Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo
- 32 Preços Médios Mensais no Varejo na Cidade de São Paulo
- 40 Cesta de Mercado - Cidade de São Paulo
- 41 Preços Pagos pela Agricultura, Cidade de São Paulo
- 44 Índices Mensais de Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo
- 46 Proporção da Participação dos Produtos no Índice Mensal de Preços Recebidos pelos Agricultores e sua Variação em Relação ao Mês Anterior, Estado de São Paulo
- 47 Índices Mensais de Preços Pagos pela Agricultura Paulista
- 49 Variação Percentual dos Índices de Preços Recebidos e Pagos na Agricultura Paulista
- 50 Índices Mensais de Paridade, Estado de São Paulo
- 51 Distribuição Percentual de Crédito Rural em São Paulo
- 52 Exportação pelo Porto de Santos
- 53 Dados Climáticos do Estado de São Paulo
- 54 Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1980/81 - 1º Levantamento: Intenção de Plantio, Setembro de 1981

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Publicação Mensal do Instituto de Economia Agrícola

Corpo Técnico do IEA

Diretor Geral: Natanhael Miranda dos Anjos

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Antonio Ambrosio Amaro, Afonso Negri Neto, Claus Floriano Trench de Freitas, Constantino Carneiro Fraga, Oscar José Thomazini Etori, Paul Frans Bemelmans, Paulo Edgard Nascimento de Toledo, Persio de Carvalho Junqueira, Samira Aoun, Sebastião Nogueira Junior

DIVISÃO DE LEVANTAMENTO E ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Diretor: Fernando Antonio de Almeida Séver

Abel Ciro Minniti Igreja, Ana Maria Montragio Pires de Camargo, Denise Viani Caser, Elizabeth Alves, Ismar Florencio Pereira, José Carlos Gomes dos Reis Filho, José Roberto Vicente, Laura Olitta de Souza Barros, Luiz Henrique de Oliveira Piva, Manuel Joaquim Martins Falcão, Maria Carlota Meloni, Maria de Fátima Packer, Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi, Maura Maria Demetrio Santiago, Milton Nogueira de Camargo, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Waldemar Pires de Camargo Filho

DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO

Diretor: Mauro de Souza Barros

Alfredo Tsunehiro, Ana Maria Futino, Antonio José Braga do Carmo, Célia Regina R.P. Tavares Ferreira, Clotilde Cantos, Domingos Desgualdo Nettò, Eloisa Elena Bortoleto, Everton Ramos de Lins, Flávio Condé de Carvalho, José Luiz T. Marques Vieira, José Roberto da Silva, Lidia Hatue Ueno, Marina Brasil Rocha, Maria de Lourdes do Canto Arruda, Marisa Zerbetto, Marisilda Nabhan, Michael David Holzacker, Nelson Giulietti, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Paulo Augusto Wiesel, Roxana Maria Moraru Topel, Sylvia Regina Hellmeister, Vitoria da Silva Pereira Biller, Yuly Ivete Miazaki de Toledo

DIVISÃO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Diretor: Nelson Batista Martin

Alceu de Arruda Veiga Filho, Ana Elisa Brito Garcia, Elcio Umberto Gatti, Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Sebastião de Lima, Luiz Carlos Assef, Malimíria Norico Otani, Maria Auxiliadora de Carvalho, Maria Elisa Benetton Junqueira, Nelson Kazaki Toyama, Regina Junko Yoshii, Sergio Gomes Vassimon, Sonia Martins Giordano

DIVISÃO DE ECONOMIA DA PRODUÇÃO

Diretor: Minoru Matsunaga

Arthur Antonio Ghilardi, Cesar Roberto Leite da Silva, Daniel Ribeiro Junior, Denyse Chabaribery, Eduardo Pires Castanho Filho, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna, José Eduardo Rodrigues Veiga, José Roberto Viana de Camargo, Maristela Simões do Carmo, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Richard Domingues Dullely, Roberto de Assumpção, Selma do Paço Bignarde, Silvia Toledo Arruda, Valquiria da Silva, Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos

DIVISÃO DE APOIO À PESQUISA

Diretor: Francisco Alberto Pino

Antônio Augusto Botelho Junqueira, Antonio Roger Mazzei, Celuta Moreira Cesar Machado, Devancyr Aparecido Romão, Julio Humberto Jimenez Ossio, Luiz Carlos Miranda, Maria de Lourdes Barros Camargo

SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Aguri Sawatani

Cleusa Batista Pastori, Fátima Maria Martins Saldanha Faria, Gabriella Menni Ferreri, Maria Luiza Alexandre Peão, Maria Rodrigues

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador: Ismar Florencio Pereira

Antônio Augusto Botelho Junqueira, Sebastião Nogueira Junior, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Roberto Viana de Camargo, José Roberto Vicente, Yuly Ivete Miazaki de Toledo

Bibliografia: Maria Luiza Alexandre Peão

Instituto de Economia Agrícola (IEA)
Av. Miguel Estéfano, 3900 - 04301, São Paulo, SP
Caixa Postal, 8114 - 01000, São Paulo, SP
Telefone: (011) 276-9266
Telex: (011) 34067 - SAGR-BR e (011) 22484 - DNSC-BR

Impresso no Setor Gráfico do IEA, com a colaboração técnica e financeira do Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda e Instituto Brasileiro do Café.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento	<p>Governo Paulo Maluf</p>  <p>São Paulo trabalhando.</p>	Instituto de Economia Agrícola
--	--	--------------------------------



SITUAÇÃO
DA AGRICULTURA

SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

Setembro de 1981

Visando implementar alternativas energéticas para substituição dos derivados do petróleo, no sentido de promover o auto-abastecimento a nível de unidades de produção e das organizações de produtores rurais e buscando minimizar custos, foram criados, no âmbito do Ministério da Agricultura, três grupos de trabalhos, através das Portarias nº 216, 218 e 219, de 18 de setembro de 1981.

Esses grupos de trabalho, sob a coordenação da Coordenadoria Especial para Fomento da Biomassa, deverão apresentar, em prazo de 90 dias, resultados conclusivos sobre:

a) programa de difusão de microdestilarias a nível de pequenos e médios produtores e de suas organizações. Participam desse grupo: EMBRAPA, EMBRATER, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e representantes dos Ministérios das Minas e Energia, da Indústria e Comércio, dos Transportes, da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, dos Bancos Central e do Brasil e de entidades privadas vinculadas ao tema de microdestilarias;

b) definição de parâmetros técnicos e econômicos que servirão de base para estabelecer as diretrizes básicas de um Programa Nacional de Biodigestores. Este grupo é constituído por representantes da Coordenadoria Especial para Fomento de Biomassa: EMBRATER, EMBRAPA, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Ministério das Minas e Energia, Banco do Brasil S/A, Banco Central e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

c) indicação de parâmetros técnicos e econômicos, capazes de permitirem o fomento, apoio, divulgação e intercâmbio com o setor privado, com vistas ao aproveitamento e uso do gasogênio, estabelecendo um Programa Nacional do Gasogênio para a Agricultura. Participam desse grupo: EMBRATER, EMBRAPA, Ministério das Minas e Energia, da Indústria e Comércio, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Bancos Central e do Brasil.

Esses programas, além de considerarem o suprimento de energia pela utilização do biogás e do gasogênio em diversas atividades agrícolas, deverão atentar, respectivamente, para o potencial de produção de biofertilizantes no processo de digestão anaeróbica e para o desenvolvimento industrial da tecnologia para gaseificação de madeira e carvão vegetal.

O Ministério das Minas e Energia, através da Portaria nº 0757 de 24/09/81, concedeu descontos especiais nas tarifas de fornecimento de energia elétrica ao setor rural. Nesse sentido, as concessionárias ficam o

brigadas a conceder a todos consumidores definidos como rural (¹), desconto de 32,2% nas tarifas de consumo. De outro lado, foi facultado aos consumidores rurais, supridos em alta tensão, optarem por tarifas normais do Grupo "A" com desconto na componente de demanda, desde que reduzam sua demanda de potência nas horas de ponta do sistema do concessionário, compromisso que deve ser firmado com o mesmo, através do contrato de fornecimento. O desconto da tarifa de demanda será calculado pela seguinte fórmula:

$$p = \frac{Df - Dp}{Df} \times 50$$

onde: p = percentual de desconto na tarifa de demanda;

Df = demanda normal de faturamento;

Dp = demanda efetiva nas horas de ponta.

Através da Carta Circular BACEN nº 651 de 02/09/81, os financiamentos do PROASE, destinados à lavoura do trigo em regiões de cerrado, ficaram sujeitos às seguintes condições:

- a) a área máxima financiável será de até 100 hectares por produtor;
- b) o prazo será de até 5 anos, incluindo-se até 2 anos de carência, quando se tratar de:

(¹) Rural: Portaria nº 958 de 06/08/76: Serão registrados nesta classe os fornecimentos de energia elétrica aos consumidores rurais, individualizados ou não, e às indústrias rurais, distinguindo-se as seguintes subclasses:

1. Agropastoril: fornecimentos de energia elétrica aos consumidores individualizados e que se dediquem a atividades ligadas diretamente a exploração agropecuária, ou seja, cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, criação, recriação ou engorda de animais, silvicultura ou reflorestamento e extração de produtos vegetais. Incluem-se ainda nesta subclasse os fornecimentos aos consumidores que exerçam, com os mesmos objetivos, tais atividades dentro dos perímetros urbanos, sujeitas as hipóteses à comprovação perante a concessionária, através de documentos hábil;
2. Cooperativa de Eletrificação Rural: fornecimento de energia elétrica a Cooperativas de Eletrificação Rural com permissão federal nos termos do Decreto nº 62.55, de 3 de maio de 1968;
3. Indústria Rural: fornecimentos de energia elétrica a consumidores que, localizados fora dos perímetros urbanos das sedes municipais, dedicarem-se a atividades agroindustriais, ou seja, indústrias de transformação ou beneficiamento de produtos advindos diretamente da agropecuária, desde que a capacidade nominal de seus transformadores não ultrapasse 75 KVA;
4. Coletividades Rurais: fornecimentos de energia elétrica aos condôminos e demais associações de consumidores, exclusive Cooperativas de Eletrificação Rural, cujo conjunto se caracterize por predominância de consumo agropastoril e/ou de indústrias rurais.

- I - despesas de desmatamento, destoca e enleiramento;
 - II - adubação e correção de acidez e fertilidade do solo;
 - III - obras de irrigação;
 - IV - conservação do solo;
- c) nos casos citados, o mutuário se obrigará a plantar trigo nas seguintes parcelas da área:
- I - no primeiro ano: 100%;
 - II - no segundo ano: 70%, pelo menos;
 - III - nos anos subseqüentes: 50%, pelo menos;
- d) será obrigatório o emprego de sementes fiscalizadas ou certificadas;

Esclarece também, que esses financiamentos podem ser estendidos ao arrendatário, desde que apresente cartão de anuência do proprietário, em que se assegure, inclusive, os atendimentos da alínea "c", e estende também o financiamento ao Estado do Mato Grosso.

A carta circular BACEN nº 658 de 17/09/81, em vista de denúncias de desconhecimento e inobservância da possibilidade de outras garantias que não a hipoteca, para retirada pelos produtores rurais do crédito de custeio, vem esclarecer que, no caso de custeio de lavoura, cumpre examinar preferencialmente a possibilidade de desenvolvimento dos empréstimos mediante penhor das safras, que é lícito constituir mesmo se o imóvel estiver hipotecado, independentemente da manifestação de concordância do credor hipotecário (MCR 4-6-7).

De outro lado, esclarece a Carta Circular que se leve em consideração as regras fundamentais do MCR 6-1-1 e 6-1-2, segundo as quais os financiamentos devem ser pagos às épocas normais de obtenção dos rendimentos das atividades assistidas, sem prejuízo da capitalização, que se dispensará apenas quando o produtor dispuser de recursos para sua quitação antes do período de comercialização das safras.

Em carta circular de nº 652, de 03/09/81, a Comissão de Financiamento da Produção definiu as unidades da federação em que se aplicam os preços mínimos divulgados pela Carta Circular nº 634, de 31/07/81, para a safra 1981/82 (quadro 1).

A carta circular versa também sobre a condição de desconto do título, ou seja, que tenha prazo de até 120 dias, contados de emissão ao vencimento, e que corresponde em valor, pelo menos:

- I - ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal para o produto na safra respectiva;
- II - ao preço médio praticado no local da entrega, no caso de produtos sem amparo da política de preços mínimos;
- III - a 80% do preço devido, na hipótese de adiantamento a cooperados por conta de bens entregues à cooperativa para venda comum.

QUADRO 1. - Comercialização Agrícola, Preços Mínimos Básicos

(em cruzeiro)

Produto	Unidade	Preço base	Início de operação	Fator de correção	Norte/Nordeste	Sudeste/Sul/Centro-Oeste
Algodão em caroço	15kg	685,00	01/02	INPC de julho/81 a janeiro/82	BA,RO	DF,ES,GO,MG,MS,MT,PR,RJ,RS,SC,SP
Amendoim em casca	25kg	630,00	01/02	INPC de julho/81 a novembro/81	AL,BA,CE,MA,PB,PE,PI,RN,RO,SE	DF,ES,GO,MG,MS,MT,PR,RJ,RS,SC,SP
Arroz em casca	50kg	1.000,00	01/02	INPC de julho/81 a janeiro/82	(1)	(1)
Castanha do Brasil hectolitro		840,00	01/01	INPC de julho/81 a dezembro/81	AC,AP,AM,PA,RO,RR.	MT
Castanha de caju	1kg	42,00	01/09	INPC de julho/81 a agosto/81	AL,BA,CE,MA,PB,PE,PI,RN,SE	-
Casulo verde(seda)	1kg	223,00	01/10	INPC de julho/81 a setembro/81	-	DF,ES,GO,MG,MS,MT,PR,SP
Feijão	60kg	3.150,00	01/11	INPC de julho/81 a outubro/81	BA,RO	DF,ES,GO,MG,MS,MT,PR,RJ,RS,SC,SP
Girassol	40kg	662,00	01/12	INPC de julho/81 a novembro/81	(1)	(1)
Juta/Malva	1kg	43,00	01/02	INPC de julho/81 a janeiro/82	AM,MA,PA	-
Mamona	60kg	1.420,00	01/04	INPC de julho/81 a março/82	BA	DF,ES,GO,MG,MS,MT,PR,RJ,RS,SC,SP
Mandioca(raiz)	tonelada	3.055,00	01/04	INPC de julho/81 a março/82	(1)	(1)
Milho	60kg	735,00	01/02	INPC de julho/81 a janeiro/82	AC,BA,AP,AM,PA,RO,RR	DF,ES,GO,MG,MS,MT,PR,RJ,RS,SC,SP
Rami	1kg	50,00	01/10	INPC de julho/81 a setembro/81	BA	PR,SP
Soja	60kg	945,00	01/02	INPC de julho/81 a janeiro/82	AL,BA,CE,MA,PB,PE,PI,RN,SE	DF,ES,GO,MG,MS,MT,PR,RJ,RS,SC,SP
Sorgo	60kg	615,00	01/02	INPC de julho/81 a janeiro/82	BA	DF,ES,GO,MG,MS,MT,PR,RJ,RS,SC,SP

Obs: Para a produção oriunda dos projetos irrigados do Nordeste e Centro-Oeste e a produção de sequeiros de Roraima, o início de operação é 01/08, sendo, então, preço mínimo igual ao preço base acima.

(1) Todo o Território Nacional.

Fonte: Comissão de Financiamento da Produção (CFP) - MA.

Ainda, com relação aos Preços Mínimos, o decreto M.A. nº 86.388, de 18/09/81, fixa as condições desses preços mínimos.

Dessa forma, assegura garantia dos produtos especificados a seguir:

- I - Algodão em Caroço
 - Fibra 30/32mm tipo 5, a granel
- II - Amendoim em Casca
 - Classe ventilado, subtipo C, a granel
- III - Arroz em Casca
 - Classe longo; rendimento 40% de inteiros e 28% de quebrados, tipo 3, a granel
- IV - Castanha do Brasil
 - Com casca, a granel
- V - Castanha de Caju
 - Com casca, classe média, tipo 2, a granel
- VI - Cera de Carnaúba
 - Tipo 4, a granel
- VII - Feijão
 - Grupo 1, anão; classes: branco, cores, rajado e preto; tipo 3, a granel
- VIII - Girassol
 - Tipo 2, a granel
- IX - Juta e Malva
 - Fibra seca e solta, embonecada, tipo 5
- X - Momona
 - Classes 1ª e 2ª, tipo 3, a granel
- XI - Mandioca
 - Raiz
- XII - Milho
 - Grupo duro, mole, semi-duro e misturado; classes amarelo, branco e mesclado, tipo 2, a granel
- XIII - Rami
 - Fibra bruta, seca, solta; classe B, tipo 4
- XIV - Seda
 - Casulo verde de 1ª, teor líquido de seda de 15%
- XV - Soja
 - Padrão Básico - a granel
- XVI - Sorgo
 - Classes branco, amarelo, vermelho, castanho e misturado, tipo 3, a granel

Esse decreto esclarece também que a garantia de preços mínimos de raiz de mandioca e do casulo verde de seda, será feita indiretamente, através do amparo à farinha, à fécula e à raspa de mandioca e do fio de seda e casulo seco, respectivamente.

COMPORTAMENTO DOS MERCADOS

Arroz

A área plantada na safra 1980/81, em São Paulo, foi oficialmente estimada em 315,0 mil hectares, com produção de 379,8 mil toneladas, apresentando um rendimento médio de 1206kg/ha.

O abastecimento, até início de outubro, continuava normal e os preços registrados, tanto a nível de atacado como varejo, continuavam inferiores ao aumento do índice de custo de vida no período dos últimos doze meses.

A nível do produtor, os remanescentes para venda acusaram valorização da ordem de 10% no último mês, em função do atraso no plantio da próxima safra devido à estiagem. Essa tendência deverá perdurar, caso a CFP não venha a liberar parte dos estoques reguladores.

Feijão

O mercado encontra-se indefinido, com uma série de variáveis atuando em sentidos contrários, tornando difícil uma previsão até ao final do ano. Enquanto é certo que ocorreram perdas na produção da atual safra das águas, devido à estiagem que se prolongou até fins de setembro no Paraná e São Paulo, tendo também atrasado o plantio em diversas regiões paulistas, a colheita do produto de inverno continua ativa, embora as entradas nos grandes centros sejam reduzidas e o produto de baixa qualidade (manchado e úmido).

O mercado deverá manter-se estável, com possibilidade de maior valorização para os tipos superiores, admitindo-se que deva ocorrer queda dos preços ao final de novembro.

Tubérculos

Em setembro, o mercado de batata achava-se estabilizado, devido ao aumento de área plantada que compensou em grande parte a queda de produtividade ocorrida em função das geadas de julho. O arrefecimento na demanda, também, deve ter contribuído para a manutenção das cotações a nível de varejo.

Entretanto, nos primeiros dias de outubro verificou-se elevação dos preços devido à diminuição do ritmo da colheita, dificultada, tam

bem, pela ocorrência de chuvas.

Mesmo admitindo-se que a entrada de batata lisa, com qualidade superior, possa promover elevação média dos preços, espera-se um arrefecimento ao final de outubro.

O plantio da safra das águas transcorre normalmente, embora com ligeiro atraso em algumas regiões onde a irrigação é prática menos comum.

Verificou-se que, ao final de setembro, começaram a declinar as entradas de cebola clara precoce, originária de São José do Rio Pardo, Monte Alto e Pernambuco, permitindo uma reação nas cotações e amenizando a difícil situação dos produtores que perdurava desde o início do ano.

A tendência do mercado é de estabilização das cotações até janeiro vindouro, embora haja indícios de queda de produtividade nas lavouras de cebola baía piriforme devido à estiagem, o que poderá alterar em parte esse panorama.

Milho

Mercado firme, com preços em alta com tendência a perdurar até os primeiros meses de 1982, devido à conjugação de uma série de fatores: prorrogação do prazo de vencimentos de EGF no Paraná; atraso no plantio da "safrinha" no Paraná devido à estiagem; maior poder de barganha das cooperativas e grandes cerealistas atuais detentores do produto estocado; pressão de demanda por parte dos compradores preocupados em se suprirem até pelo menos início de 1982; possível redução na área plantada pelos produtores paulistas, temerosos de menor rendimento devido ao atraso no plantio; aumento nos custos de comercialização, particularmente de fretes e ICM, pois a produção paulista está quase totalmente comercializada, exigindo a importação de produto de outros Estados (GO, MS e PR).

Pecuária

Pastagens em péssimo estado devido à falta de chuvas e calor.

O mercado de boi gordo apresentou-se estável, com as cotações em ligeira alta ao início de outubro.

O aumento na taxa de abate de matrizes decorre da retração na atividade e queda de oferta de boi gordo devido às geadas e entressafra.

O abastecimento de carne está normal, notando-se preocupação crescente por parte de frigoríficos e açougues com relação à queda de consumo. O estoque liberado mensalmente pela COBAL, em São Paulo, da ordem de 12 mil toneladas, não vinha sendo totalmente consumido. Entretanto, como a diferença de preços entre o produto fresco e o congelado vem se acen-

tuando, poderão haver maior procura por este último.

No caso da avicultura, não estão existindo perspectivas de melhoria das cotações, apesar da aproximação das festas de fim-de-ano, e os preços deverão manter-se estabilizados para ovos e frangos.

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Em setembro, o Índice Geral de Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo apresentou acréscimo, em relação ao mês anterior, de 8,90%, resultante das elevações de 10,62% nos preços dos produtos animais, e de 7,77% dos produtos vegetais (figura 1).

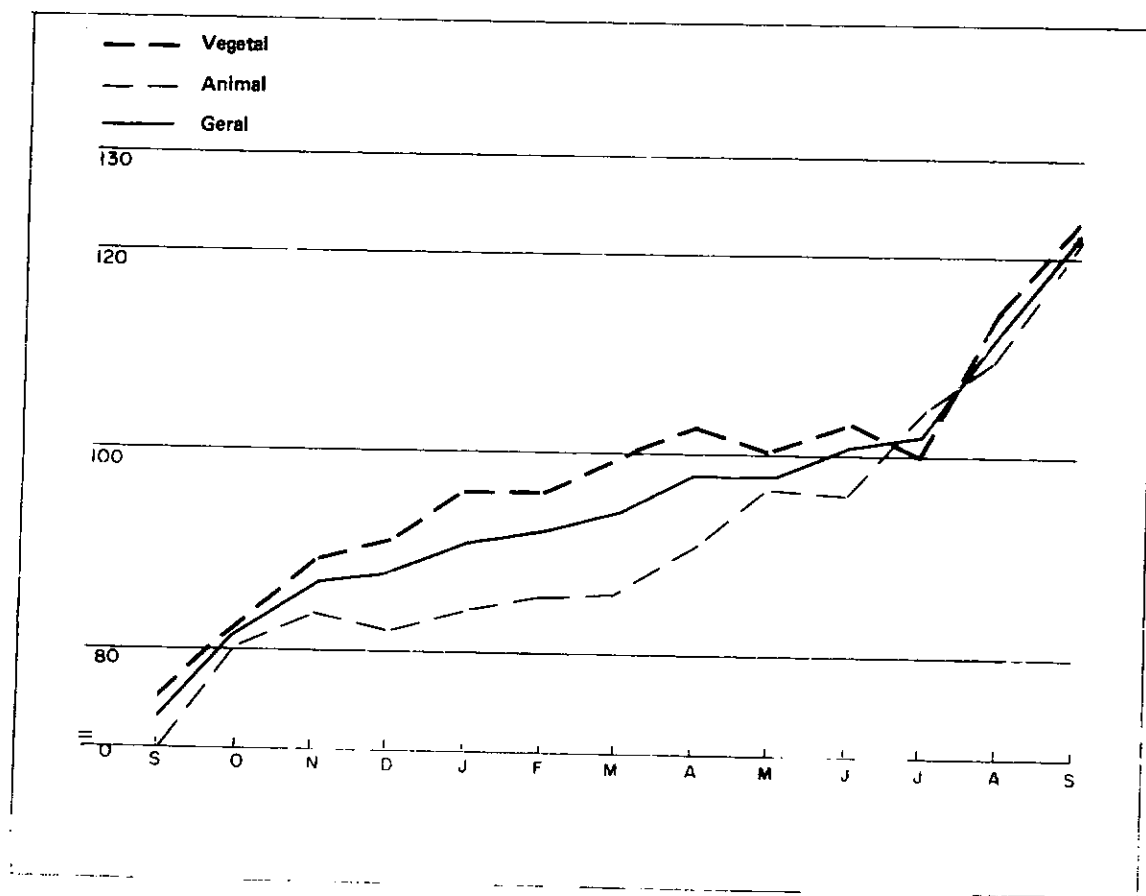


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo, Setembro de 1980 a Setembro de 1981. Base: 1961-62 = 100.

Os produtos que apresentaram as maiores elevações de preços, em relação aos observados no mês anterior, foram: tomate(104,58%), mandioca(19,73%), cebola(19,05%), bovinos(18,40%), banana(17,83%), arroz (10,71%), milho(10,67%), soja(9,55%), mamona(7,23%), suínos(5,12%), amendoim(4,17%), ovos(3,93%), feijão(2,20%), café(1,10%), aves e leite (0,46%) e laranja (0,01%). A cotação de chá não apresentou alteração e a da batata foi a única que acusou decréscimo.

Quando se comparam os Índices de setembro do corrente ano com os de setembro do ano passado observam-se variações de 72,53% para o Índice de Produtos Animais, de 61,99% para o Índice de Produtos Vegetais e de 66,10% para o Índice Geral.

Esses acréscimos resultaram das variações de preços dos seguintes produtos: tomate(244,51%), amendoim(218,68%), laranja(132,53%), leite (119,97%), ovos(112,98%), banana(107,10%), feijão(101,10%), mamona(92,13%), aves(90,27%), soja(81,36%), suínos(63,46%), milho(59,79%), arroz(57,91%), chá (54,28%), bovinos(53,17%), mandioca(40,87%), café (33,23%) e batata (3,40%). Em termos reais, os únicos produtos que apresentam elevações no último ano foram: tomate(64,2%), amendoim(51,90%), laranja(10,8%), leite (4,8%) e ovos(1,5%).

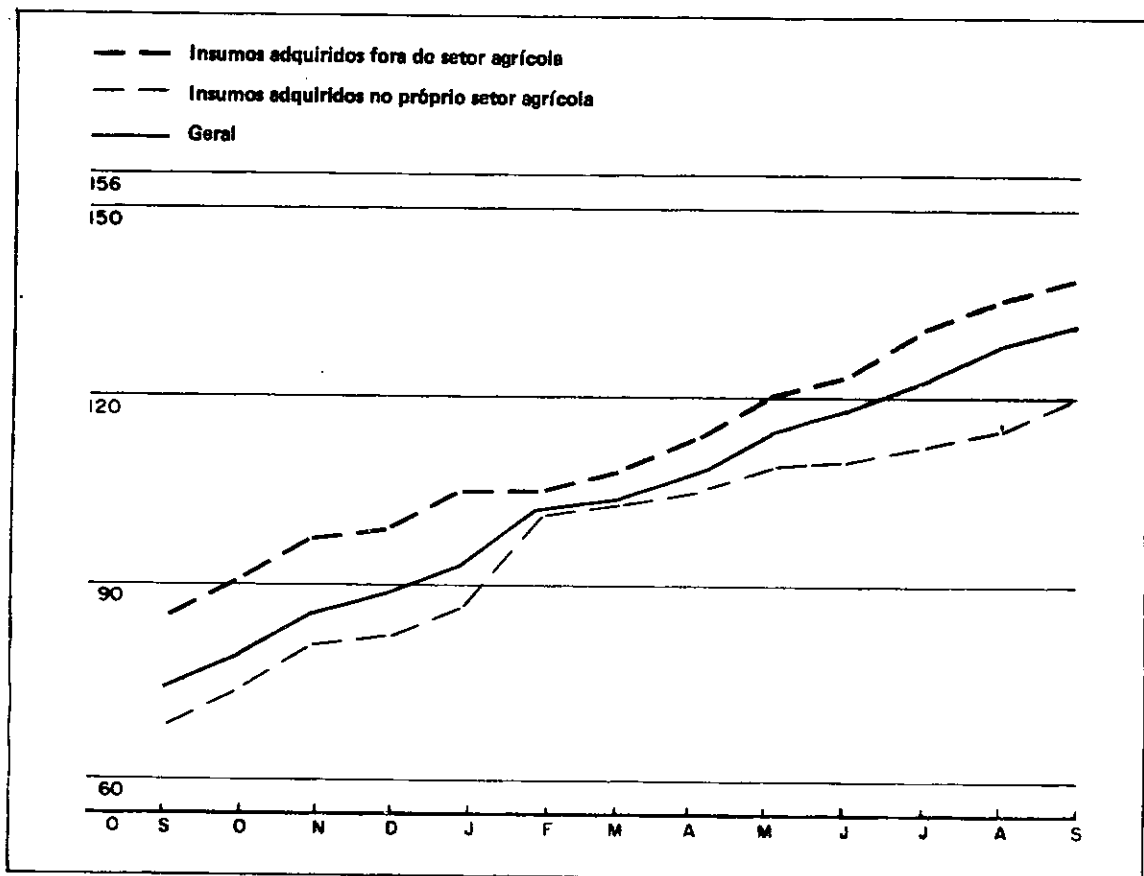


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Setembro de 1980 a Setembro de 1981.

Base: 1961-62= 100.

O Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, em relação ao de agosto, mostrou oscilações de: 3,92% para os insumos adquiridos no próprio setor agrícola, de 2,17% para os insumos adquiridos fora do setor agrícola e de 2,75% para o índice geral (figura 2).

Os preços dos insumos agrícolas que registraram as variações mais significativas foram: alimentos de origem agrícola(7,04%), alimentos de origem industrial(5,77%), serviços comprados(5,30%), adubos(5,11%) e inseticidas e fungicidas(4,09%).

A relação setembro 81/setembro 80 registra acréscimos de: 94,80% nos insumos adquiridos fora do setor agrícola, 38,30% nos insumos adquiridos dentro do setor, devido principalmente ao reduzido aumento nos índices de preços de animais de trabalho e de produção, itens que compõem esse índice; e de 71,10% no índice geral. Os itens que mais contribuíram para esses acréscimos foram: serviços comprados(129,10%), combustíveis e lubrificantes(127,38%), máquinas e equipamentos(119,70%) e alimentos de origem agrícola para arração(81,58%).

Dado que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais que proporcionalmente aos preços pagos pela agricultura, obtiveram-se acréscimos de 5,98% e 6,59%, respectivamente, nas relações Índice Geral de Preços Recebidos/Índice Geral de Preços Pagos e Índice Geral de Preços Recebidos/Índice de Preços Pagos por Insumos Adquiridos fora do Setor Agrícola (figura 3).

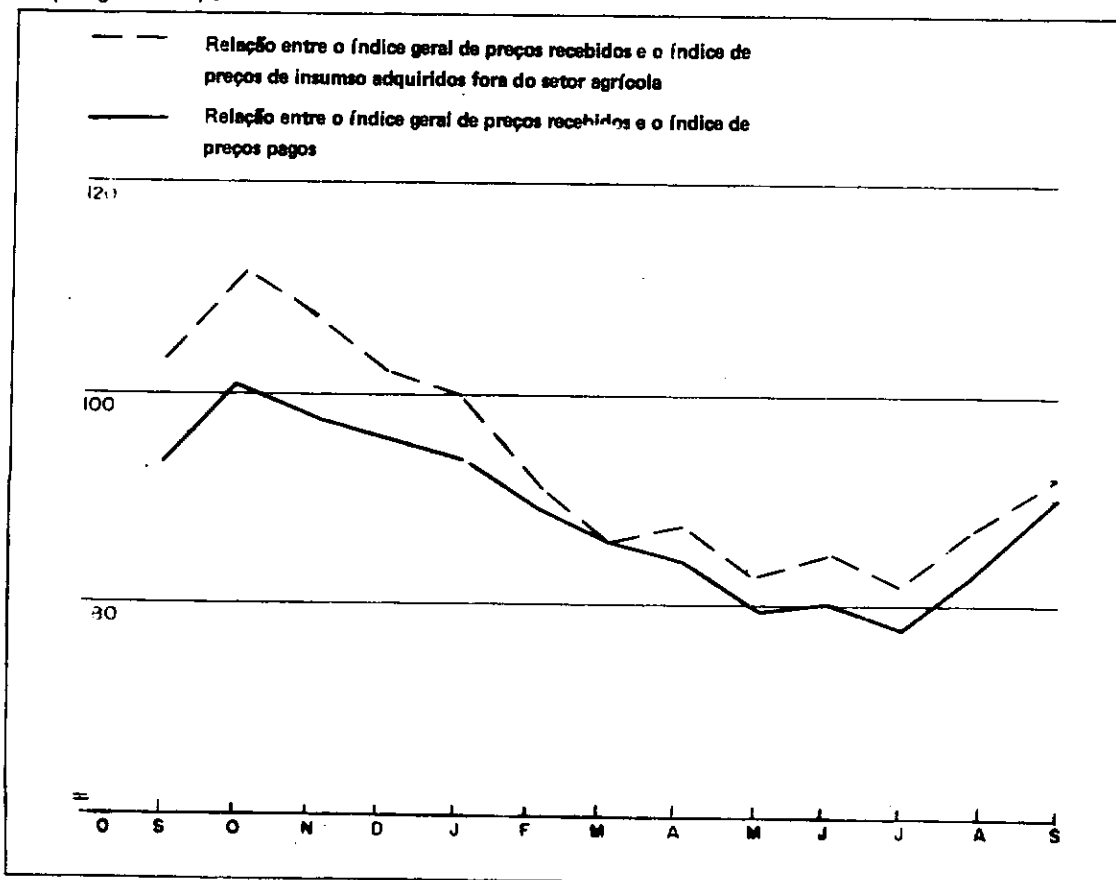


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Setembro de 1980 a Setembro de 1981.

Base: 1961-62 = 100.

CESTA DE MERCADO

A despesa total para aquisição dos produtos agropecuários que compõem a Cesta de Mercado do IEA acusou, em setembro de 1981, a importância de Cr\$14.869,63, representando acréscimo de 5,3% em relação ao mês anterior, taxa essa inferior à observada no mesmo período de 1980 (5,4%). A evolução nos últimos 12 meses, setembro de 1980 a setembro de 1981, foi de 100,7% (quadro 2).

Analisando-se os produtos segundo o agrupamento, observa-se elevação maior no de origem vegetal (6,1%) do que no de origem animal (4,0%) e, como consequência, a participação no total geral foi de 61,1% e 38,9% respectivamente.

Os produtos que contribuíram para pequena elevação no gasto desse mês, ou seja, alta não tão acentuada quanto a verificada em agosto (11,0%) foram: alface(-16,8%), batata(-3,2%), frutas(-5,3%) e feijão (-1,3%) no grupo dos vegetais; e carne suína (-3,5%) e leite (-1,4%) no grupo dos produtos animais.

As elevações de preços que apresentaram notoriedade foram: tomate (91,8%), café(31,4%) e carne bovina(9,4%).

QUADRO 2. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, São Paulo, 1981

Mês	Variação em relação a		
	Mês Anterior	Dez. 1980	Mesmo mês de 1980
Jan.	8,5	8,5	103,4
Fev.	5,2	14,1	106,1
Mar.	4,7	19,5	108,4
Abr.	5,0	25,5	100,0
Mai.	1,3	27,1	95,6
Jun.	2,3	30,1	94,5
Jul.	5,4	37,2	88,6
Ago.	11,0	52,2	101,0
Set.	5,3	60,3	100,7

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 3. - Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e do Total da Cesta de Mercado em Relação ao Mês Anterior, na Cidade de São Paulo, 1980 e 1981

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1980	1981	1980	1981	1980	1981
Jan.	5,7	8,0	6,0	9,3	5,8	8,5
Fev.	7,0	6,2	-0,2	3,5	3,8	5,2
Mar.	4,6	5,8	2,0	3,0	3,5	4,7
Abr.	13,7	4,7	3,6	5,5	9,5	5,0
Mai.	2,2	-0,2	5,6	3,6	3,5	1,3
Jun.	2,5	2,3	3,6	2,5	2,9	2,3
Jul.	8,2	3,7	9,6	8,0	8,7	5,4
Ago.	4,7	13,8	3,4	6,9	4,1	11,0
Set.	6,8	6,1	3,3	4,0	5,4	5,3
Out.	15,4	...	10,9	...	13,6	...
Nov.	6,8	...	7,4	...	7,0	...
Dez.	1,8	...	4,9	...	3,0	...
Variação acumulada ⁽¹⁾	114,8	62,5	78,5	56,9	98,3	60,3

(¹) A variação acumulada de 1980 tem como base dezembro de 1979 e a variação acumulada de 1981 tem como base dezembro de 1980.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.